

# Fiesp se une contra estabilidade e jornada de 40 horas semanais

SÃO PAULO — A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) decidiu ontem ficar definitivamente contra a discussão pela Constituinte de questões como a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho. Para os empresários, esses temas devem ser definidos por lei ordinária, após a promulgação da nova Constituição. Até ontem, esta opinião era apenas da diretoria da Fiesp, mas agora é também dos 113 sindicatos filiados à entidade.

A decisão foi tomada ontem de ma-

nhã, após duas horas de reunião, com a presença do Presidente da entidade, Mário Amato, e de outros dirigentes. É resultado de entendimentos com vários setores do empresariado nacional e com o Partido dos Trabalhadores (PT), que já foi informado e não concorda com ela. Ficou claro, na reunião, que a indústria não aceita o projeto de Constituição do Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que estabelece a jornada de 40

horas semanais, a ser implantada em dois anos.

O Departamento Jurídico e o Conselho Superior Jurídico da Fiesp analisaram durante algumas semanas as questões da estabilidade e da jornada de trabalho. O parecer dos advogados e dos juristas consultados é que esses assuntos não devem constar da Constituição. A decisão será transmitida aos constituintes e a empresários de outros setores da economia, como o comercial e o bancário.



Quéricia: cota maior para Estados

# Moreira e Saturnino se mobilizam pela reforma tributária em janeiro

O Governador Moreira Franco e o Prefeito Saturnino Braga conversaram ontem à tarde, por telefone, durante cerca de 15 minutos, quando discutiram a necessidade de Prefeitos de capitais e Governadores deflagrarem, em conjunto, um movimento nacional para que os capítulos relativos à reforma tributária do anteprojeto constitucional sejam preservados e passem a vigorar em 1º de janeiro de 1988.

Saturnino Braga vai iniciar a articulação do movimento, procurando sensibilizar os Constituintes e assegurar a aprovação da reforma tributária, amanhã, quando recebe em seu gabinete o Prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos. Na pauta, além de conjecturas sobre prováveis alternativas partidárias, estarão as modificações na estrutura tributária nacional previstas no anteprojeto elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

Após a conversa com Saturnino, o Governador Moreira Franco reafirmou sua desconfiança com a possibilidade de que o texto sofra alterações. Disse, entretanto, ter recebido de Brasília informações tranquilizadoras, segundo as quais ainda prevalece o acordo feito entre Governadores e parlamentares da Comissão de Sistematização para que os capítulos da reforma tributária sejam aprovados.

O Prefeito Saturnino Braga, de



Otávio Magalhães

Moreira Franco: receoso de que o texto da reforma tributária seja alterado

quem se esperavam críticas ao anteprojeto, provocadas pela incorporação do Imposto Sobre Serviços (ISS) ao ICM, alinhou-se entre os defensores da reforma. Segundo Saturnino, estudos desenvolvidos pelo Prefeito de Curitiba, Roberto Requião, mostram com clareza que as consequências das alterações do sistema tributário serão benéficas aos municípios. A perda relativa ao ISS seria compensada pela elevação do índice de redistribuição do ICM — dos 20 por cento atuais para 25.

A questão política explica por que Prefeitos e Governadores insistem na antecipação da vigência da reforma para janeiro do próximo ano. Os Prefeitos, então no último ano de seus mandatos, estarão interessados em eleger seus sucessores e, para isso, necessitam de verbas para dar andamento a obras e projetos. Já os Governadores trabalham para não só fazer os Prefeitos das capitais como também da maioria dos municípios do interior.

# Newton defende a manutenção do déficit público

BELO HORIZONTE — O Governador Newton Cardoso voltou ontem à carga contra a política econômica do Governo Sarney, continuando a criticar o corte de recursos da União destinados aos Estados. Ele defendeu, por outro lado, a manutenção do déficit público.

— O Brasil — disse — é um país adolescente, que precisa do investimento público. Na verdade, não pode se dar ao luxo de não ter déficit público, já que este é um fenômeno econômico que existe até mesmo nos

Estados Unidos.

Newton confirmou que teve encontros em Minas, esta semana, com os Governadores de São Paulo, Orestes Quéricia, e do Paraná, Alvaro Dias. E disse que os Governadores do PMDB, de modo geral, "estão preocupados com o momento difícil da Nação, estando trabalhando em uma proposta alternativa à futura Constituição com vistas a uma reforma tributária que beneficie com maiores recursos Estados e municípios". Ele anunciou que a posição oficial dos Governadores será conhecida no en-

contro que Moreira Franco marcará em breve para o Rio de Janeiro.

Ardoroso defensor do sistema presidencialista, Newton Cardoso disse, irônico, que admite a implantação gradual do parlamentarismo "daqui a vinte ou trinta anos". Observou, ainda, que se o sistema de gabinete no momento é apoiado pela maioria dos constituintes, isso se deve exclusivamente ao enfraquecimento do Legislativo, que, a seu ver, "deve ser fortalecido dentro do regime presidencialista".

# Quéricia manda Goldman seguir projeto de perto

SÃO PAULO — Além da anunciar a intenção de ir a Brasília para defender a reforma tributária, o Governador de São Paulo, Orestes Quéricia, tomou ontem nova providência para assegurar a manutenção das propostas de São Paulo no anteprojeto de Constituição: encarregou o Secretário de Coordenação de Programas de Governo, Alberto Goldman, de viajar hoje à Capital para acompanhar o trabalho do Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Goldman disse que sua missão é da maior importância. Por isso, ficará até amanhã defendendo os temas que mais interessam a São Paulo.

— Afinal, neste fim de semana, o Deputado Bernardo Cabral estará apresentando aos constituintes o substitutivo final do anteprojeto de Constituição, que será votado em plenário — argumentou.

Basicamente, o Secretário lutará pela elevação da bancada paulista na Câmara para um mínimo de 80 Deputados e, sobretudo, pela reforma tributária. Nesse caso, Quéricia pretende uma porcentagem maior dos Fundos de Participação para os Municípios e alteração da lei que fixa 17 por cento de arrecadação de ICM para os Estados — ele quer autonomia para os Estados fixarem seus próprios índices.

Segundo Quéricia, o momento exige um alerta para "a existência de setores ligados ao Governo que querem alterar o projeto que está nas mãos de Bernardo Cabral".

— Por isso, nos próximos dias, haverá em Brasília uma reunião da Frente Municipalista. Vamos levar nossos companheiros para, democraticamente, conversar sobre a necessidade de se manter o projeto como está, porque é fundamental a descentralização dos recursos para os Estados e Municípios — afirmou o Governador, ressaltando ser essa a única forma de se fortalecer a Federação. — Lutamos a vida inteira para diminuir o grande poder do Governo e agora é hora de colocar em prática aquilo que foi sempre alvo de nossa luta.